

Indignação !

O estudo de impacto ambiental do projeto reformulado da Mina da Lagoa Salgada não é transparente, é cientificamente tendencioso e desrespeita a Sociedade Civil

Grândola, 21 de novembro de 2025 – O Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do projeto da Mina da Lagoa Salgada esteve em consulta pública entre 14 de março e 30 de abril de 2025, tendo sido recebidas 631 exposições, das quais 602 de cidadãos que, segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), “discordam, na generalidade, da concretização do projeto, dado que o mesmo representa uma rutura com a estratégia de desenvolvimento sustentável da região, provocando danos irreversíveis na paisagem, nos ecossistemas, nos recursos hídricos e na qualidade de vida das populações. Entendem que a aprovação do projeto beneficiará essencialmente a empresa promotora, sem gerar ganhos duradouros para a população local, pelo que defendem a não aprovação do projeto.”

A APA foi clara na sua Proposta de Declaração de Impacte Ambiental de maio de 2025: “face aos fundamentos [...] expressos e à luz do princípio da precaução, propõe-se a emissão de decisão desfavorável ao projeto.”

A APA elenca dez aspetos que sustentam a sua posição. Ainda assim, a Redcorp, promotora do projeto, volta agora à carga com um projeto reformulado, pretendendo convencer esta entidade pública de que resolveu os graves problemas assinalados pela sociedade civil e pela própria APA. Aproveitando o contexto da COP30, submete mais de 30 novos ficheiros, totalizando mais de 4 mil páginas colocadas no Portal Participa, para as quais é concedido à sociedade civil um prazo de apenas 14 dias para se pronunciar. Porém, a reformulação praticamente não melhorou o projeto, mantendo-se os pontos críticos anteriormente apontados e que motivaram uma avaliação negativa da APA.

A documentação anexada ao projeto reformulado inclui uma carta de conforto emitida em junho de 2025 pela EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. – que suscita questões relevantes de independência, de neutralidade das entidades detidas pelo Estado e de adequação ao interesse público. A EDM foi criada para reabilitar passivos ambientais de antigas minas abandonadas; pode deter participações minoritárias em certos projetos mineiros, mas não na qualidade de operadora comercial, e sim como entidade pública vocacionada para a prossecução do interesse público na área ambiental mineira. A sua intervenção deve ser técnica, imparcial e fiscalizadora. Não foi criada para avaliar projetos desalinhados com o interesse público. Neste contexto, causa perplexidade que assuma uma posição de “apoio integral” a um promotor privado, garantindo que serão “implementadas todas as medidas necessárias para prevenir qualquer contaminação dos aquíferos”. Esta frase, vinda de quem conhece profundamente a realidade das minas sulfuretas portuguesas, é mais do que irrealista: é irresponsável. Esta carta é um exercício de propaganda institucional, e a sua inclusão na documentação do EIA só pode ser interpretada como tentativa de exercer pressão sobre a APA. Simultaneamente, prepara o terreno para que, no futuro, quando surgirem danos ambientais – e surgirão –, seja novamente o Estado a assumir os custos. Os contribuintes não podem continuar a ser utilizados como fiadores involuntários de projetos de alto risco.

A falta de objetividade do EIA é evidente: o estudo foi preparado pela mesma empresa de consultoria que, desde 2021, desenvolve para a Redcorp os diversos estudos necessários, incluindo o estudo de viabilidade económica. É difícil acreditar que uma empresa de engenharia contratada e remunerada pelo promotor possa assumir posição independente, neutra e objetiva na elaboração do EIA.

Os EIAs — tanto o de novembro de 2024 como o de novembro de 2025 — afirmam que a empresa quer ser “uma referência enquanto indústria mineira responsável” e que aplica as “melhores técnicas disponíveis” (MTD). Contudo, uma leitura atenta dos documentos mostra que esta afirmação não resiste ao escrutínio:

- No EIA de novembro de 2024, a Redcorp afirma que recorrerá a cianeto de sódio e conclui que o processo de lixiviação “foi a única abordagem que demonstrou viabilidade para o minério da Lagoa Salgada”. A APA confirma

que “ainda que esta possibilidade tenha sido equacionada, não ficou demonstrada a viabilidade da sua substituição nem, a ser viável, que implicações teria no projeto em causa.”

- Já no EIA de novembro de 2025, a Redcorp apresenta subitamente uma solução alternativa: “o processamento do domínio Gossan baseado em flutuação – sem cianeto, tecnicamente alinhado e economicamente otimizado – reforça a viabilidade global do Projeto Lagoa Salgada, melhorando o seu perfil ambiental e aumentando a sua robustez financeira.” Ou seja, há um ano a empresa afirmava que só o cianeto funcionava; agora, quase por milagre, existe uma solução técnica mais segura e mais rentável. Como acreditar em narrativas tão contraditórias e tão claramente desmentidas pela realidade do solo, do subsolo e dos ecossistemas onde o projeto se pretende instalar? A ligeireza com que a Redcorp altera soluções técnicas revela irresponsabilidade e imprudência.

O monte de detritos mineiros passa de 65 ha para 43 ha graças a outra “inovação”: a introdução de filtro-prensa para reduzir o teor de água nos resíduos. Há um ano, retirar água por filtro-prensa não era aparentemente considerado uma “melhor técnica disponível”, apesar de ser matéria elementar em qualquer licenciatura de engenharia química.

A ANSUB (Associação de Produtores Florestais do Vale do Sado), uma das maiores e mais antigas do país, representando mais de 100 associados no Ribatejo, Alentejo e Algarve, classificou de “ficção científica” a medida de mitigação proposta pela Redcorp: a plantação de sobreiros “geneticamente modificados e resistentes à *Phytophthora*”.

Estes são apenas alguns exemplos da falta de integridade, de fidedignidade e de solidez científica deste projeto.

Se o projeto for aprovado, continuaremos a ter um monte de detritos com 43 ha e até 20 metros de altura. A redução de área não elimina o carácter tumoroso da escombreira na paisagem alentejana, nem impede que o projeto mantenha classificação de “superior” no regime de Prevenção de Acidentes Graves. O dique de apenas 3 metros de altura e 10 metros de largura, destinado a conter escorrências ácidas, pode facilmente ceder e inundar a planície envolvente.

A escombreira gerará drenagem ácida (AMD). A Redcorp afirma que reduzirá a probabilidade de contaminação do aquífero subjacente — aquífero que abastece o concelho e é classificado como Área Estratégica de Proteção e Recarga de Aquíferos — através de uma geomembrana de polietileno com poucos milímetros de espessura. Esta membrana terá de suportar 20 metros de detritos compactados, o que corresponde a aproximadamente 30 toneladas por metro quadrado. Nada garante que este enorme monte não sofra movimentos e assentamentos heterogêneos capazes de rasgar a membrana com facilidade. Acresce que se trata de uma zona sísmica, com movimentos horizontais garantidos. A durabilidade indicada pelo fabricante não ultrapassa 50 anos; a escombreira, porém, permanecerá para sempre. O EIA refere que a monitorização dos recursos hídricos ocorrerá apenas durante três anos após o encerramento da mina. E depois? É impossível ignorar os riscos de danos graves e permanentes que este projeto representa. O parecer da APA é explícito: “face à sensibilidade da área e risco potencial de afetação de uma massa de água relevante para o consumo humano das populações envolventes bem como a escassez hídrica desta zona, o risco residual não é aceitável.”

Também no tema da água o projeto continua insustentável: mesmo após a reformulação, consumirá por ano mais água do que atualmente é fornecida a todo o concelho de Grândola. E extraí-la-á do mesmo aquífero, sem alternativa. Trata-se de uma opção suicidária num contexto agravado de seca estrutural e alterações climáticas.

A empresa canadiana detentora da Redcorp — agora a Cerrado Gold, sucessora da Ascendant Resources — é uma “small cap” com capitalização bolsista de cerca de 112 milhões de euros. A Ascendant Resources, entretanto retirada da bolsa, nunca ultrapassou 24 milhões de euros de capitalização no seu auge. Com tão poucos recursos financeiros, é incompreensível a atribuição de estatuto PIN ao projeto. Se ocorrer uma falha nos diques, uma rutura das estruturas ou um evento de contaminação, provocando uma inundação tóxica da planície, quem assumirá a gigantesca fatura ambiental e económica? Certamente não a promotora. A população de Grândola está atenta e vigilante, e não aceitará promessas tecnicamente infundadas.

NB

A petição pública “contra a mina” <https://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT125518> conta com 2674 assinaturas.

A Proteger Grândola é uma associação de defesa do ambiente nascida em 2021 com cerca de 100 associados e atenta ao concelho de Grândola. A PG tem estudado o assunto do licenciamento das camas turísticas, a situação da água e o número elevado de investimentos previstos para este Concelho. A PG não é contra o desenvolvimento, mas não quer ver repetidas nesta região os erros que se verificaram em várias outras zonas da Península Ibérica. O desenvolvimento não pode ser deixado às forças do mercado, deve ser fortemente regulado e obrigado a respeitar princípios de sustentabilidade explicitados na Lei. É imperativo respeitar a natureza e a biodiversidade, nomeadamente os ecossistemas, e respeitar as tradições sociais da terra para não descaracterizar aquilo que torna este concelho único na Europa. Para conhecer a posição da PG visite www.protegergrandola.org e para mais informações contacte info@protegergrandola.org

FIM